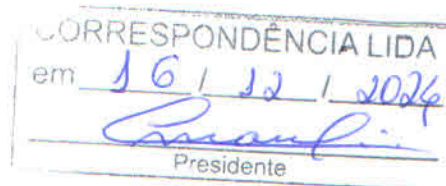




**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO**



### **COMPROVANTE DE PROTOCOLIZAÇÃO**

Prezado(a) Senhor(a) CAMARA MUNICIPAL DE MONTANHA,

Comunicamos que o regitro abaixo foi efetuado com sucesso e que o mesmo já foi encaminhado para o(s) devido(s) setor(es) competente(s) para as devidas providências.

Confira abaixo algumas informações contidas em nosso banco de dados:

**Descrição:** Processo, REQUERIMENTO Nº 003714/2024 - Externo  
**Origem:** CAMARA MUNICIPAL DE MONTANHA  
**Abertura:** 27/11/2024 07:15:48  
**Interessado:** CHEFE DE GABINETE  
**Requerente:** CAMARA MUNICIPAL DE MONTANHA  
**Assunto:** OFÍCIO  
**Detalhamento:** SOLITAÇÃO DE CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE DISPÕE A RESERVAS DE VAGAS PARA PCD E COTAS RACIAIS EM CONCURSO PÚBLICO.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

**Ofício CMM/GP. 151/2024.**

ILMO. Sr.º.

**André dos Santos Sampaio**

Prefeito Municipal

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, indicar ao Prefeito Municipal de Montanha, André dos Santos Sampaio, para que possa criar um Projeto de Lei que Dispõe Sobre a Reserva De Vagas em Concursos Públicos para Pessoas Com Deficiência (PCD) e para Cotas Raciais no Município De Montanha/ES, e dá Outras Providências.

O referido Projeto de Lei tem como objetivo promover a inclusão social e a equidade no acesso às oportunidades de emprego público, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A reserva de vagas para pessoas com deficiência é fundamentada no artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, que estabelece o dever do Estado garantir a inclusão de pessoas com deficiência no serviço público. Essa medida também encontra respaldo na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante o direito à igualdade de condições e oportunidades no trabalho.

No que diz respeito às cotas raciais, o projeto visa corrigir desigualdades históricas enfrentadas pela população negra no Brasil. A política de ações afirmativas tem se mostrado um importante instrumento de promoção da igualdade racial, ampliando o acesso a posições no setor público e,

Praça Osvaldo Lopes, s/n – Bloco “B” – Centro – CEP 29890-000 – Montanha – ES  
Tel.: (27) 3754-1052 / 3754-1890 – E-mail: [contato@ccmontanha.es.gov.br](mailto:contato@ccmontanha.es.gov.br)  
[www.cmmontanha.es.gov.br](http://www.cmmontanha.es.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

consequentemente, favorecendo a representatividade racial nos quadros da administração pública.

Além de estar alinhado aos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, o projeto também é um compromisso com a diversidade e a inclusão, essenciais para o desenvolvimento econômico e social do município. A adoção de políticas afirmativas reforça o papel do poder público na garantia de direitos fundamentais e na promoção da cidadania plena.

Em resumo, este projeto de lei representa um avanço significativo para o Município de Montanha, garantindo que pessoas historicamente restauradas tenham acesso igualitário às oportunidades de trabalho e contribuam exclusivamente para o fortalecimento de uma administração pública.

Desse modo, gostaríamos da contribuição de Vossa Senhoria para que possa ser enviado a Câmara Municipal de Montanha para leitura e aprovação deste relevante projeto.

Termos em que apresentando minhas sinceras considerações, apesar de despiciendas, subscrevo o presente nos colocando ao inteiro dispor para as eventualidades que se façam necessárias, ao tempo reiteramos os votos de respeito de elevada estima.

Montanha – ES, 26 de novembro de 2024.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

**Clébio Maciel Raulino**

CLEBIO MACIEL  
RAULINO:90979281768

Assinado digitalmente  
por CLEBIO MACIEL  
RAULINO:90979281768  
Data: 2024.11.26  
13:57:35 -0200

Presidente da Câmara Municipal de Montanha



Documento assinado digitalmente

ZENILDO PEREIRA XAVIER

Data: 26/11/2024 12:27:07-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

**Zenildo Pereira Xavier**

Secretário da Câmara Municipal de Montanha

Praça Osvaldo Lopes, s/n – Bloco “B” – Centro – CEP 29890-000 – Montanha – ES  
Tel.: (27) 3754-1052 / 3754-1890 – E-mail: [contato@ccmontanha.es.gov.br](mailto:contato@ccmontanha.es.gov.br)  
[www.cmmmontanha.es.gov.br](http://www.cmmmontanha.es.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024**

Dispõe Sobre a Reserva De Vagas em Concursos Públicos para Pessoas Com Deficiência (PCD) e para Cotas Raciais no Município De Montanha/ES, e dá Outras Providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta a reserva de vagas em concursos públicos realizados pelo Município de Montanha/ES para pessoas com deficiência (PCD) e para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos), promovendo a inclusão, equidade e a diversidade no serviço público municipal.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei:

**I. Pessoa com Deficiência (PCD):** é aquela definida pela Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que apresenta impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

**II. Candidato Negro (Preto ou Pardo):** Poderão concorrer as vagas reservadas a candidatos aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**CAPÍTULO II – DA RESERVA DE VAGAS**

**Art. 3º** Ficam reservadas:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

I. **5% (cinco por cento)** das vagas oferecidas em concursos públicos realizados pelo Município de Montanha/ES para pessoas com deficiência (PCD);

II. **20% (vinte por cento)** das vagas oferecidas para candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos).

§ 1º As reservas de vagas previstas neste artigo aplicam-se a todos os concursos públicos realizados para fornecimento de cargas efetivas no âmbito da administração direta, autarquias, fundações públicas e empresas públicas do Município de Montanha/ES.

§ 2º Quando a aplicação dos percentuais previstos resultar em número fracionado, este será arredondado para o número inteiro subsequente.

Art. 4º As vagas reservadas para pessoas com deficiência e candidatos negros que não sejam previamente preenchidas por falta de candidatos aptos serão remanejadas para ampla concorrência, respeitada a ordem de classificação.

### **CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS E DA AUTODECLARAÇÃO**

#### **Seção I – Pessoas com Deficiência (PCD)**

Art. 5º Os candidatos com deficiência terão direito a condições especiais para a realização das provas, incluindo:

I. Formatos acessíveis de prova, como braile, áudio ou ampliação de textos;

II. Apoio de intérprete de Libras para candidatos surdos ou com deficiência auditiva;

III. Espaços adaptados para a realização das provas;

IV. Tempo adicional de até 60%, mediante solicitação e apresentação de laudo médico atualizado, emitido nos últimos 12 (doze) meses.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

**Art. 6º** Os candidatos aprovados que concorrerem na condição de pessoa com deficiência serão submetidos à avaliação pela junta médica oficial para comprovação da deficiência e sua compatibilidade com as atribuições do cargo.

**Seção II – Candidatos Negros (Pretos e Pardos)**

**Art. 7º** A autodeclaração de cor ou raça será ordinária no ato da inscrição, conforme critérios estabelecidos pelo IBGE.

**§ 1º** A veracidade da autodeclaração poderá ser avaliada pela comissão de heteroidentificação, nos termos de regulamentação específica, garantindo transparência e lisura no processo.

**§ 2º** A comissão de heteroidentificação será composta por membros capacitados, assegurando o respeito à dignidade dos candidatos e o sigilo das informações.

**§ 3º** A falsidade na autodeclaração implicará a eliminação do candidato do concurso público e outras deliberações previstas na lei.

**CAPÍTULO IV – DA NOMEAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**Art. 8º** Na nomeação, a administração pública municipal garantirá que as vagas reservadas sejam preenchidas conforme os critérios desta Lei, observando a compatibilidade entre as atribuições da carga e a condição do candidato, no caso de PCD.

**Art. 9º** O Município de Montanha/ES promoverá ações de acompanhamento e avaliação periódica para garantir a implementação e o cumprimento das cotas previstas nesta Lei, apresentando relatórios anuais à Câmara Municipal.

**CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA**  
**Estado do Espírito Santo**

**Art. 10º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, dispondo sobre os procedimentos específicos para a aplicação das reservas de vagas, avaliação da autodeclaração e das condições especiais para pessoas com deficiência.

**Art. 11º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Parágrafo Único.** Esta Lei não se aplicará aos concursos cujos editais já tiveram sido publicados antes da sua entrada em vigor.

Montanha/ES, 27 de novembro de 2024

André dos Santos Sampaio  
Prefeito Municipal